

V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

(EIXO ÉTICA E DIREITOS HUMANOS)

**Problematizando as éticas presentes nas práticas sociais
dos trabalhadores na Assistência Social em
tempos de governamentalidade liberal e neoliberal**

Virgílio Paulo da Silva Alves¹
Sílvia José Benelli²

Resumo: Tomamos como objetivo problematizar as éticas presentes nas práticas sociais dos trabalhadores da Assistência Social (AS) em tempos de governamentalidade liberal e neoliberal. Atuamos como um trabalhador na (AS) operando com processos de formação dos trabalhadores. Mobilizados pelos efeitos éticos e políticos que as práticas sociais dos trabalhadores podem gerar nos sujeitos, questionamentos como podemos operar com essas tecnologias sociais para que possam fomentar a transformação social da realidade e não contribuir para a manutenção da desigualdade social. Ancorados no Dispositivo Intercessor (DI) realizamos uma intercessão-pesquisa, na qual utilizamos ferramentas teórico-conceituais da Análise Institucional.

Palavras-chave: Assistência Social, Ética, Governamentalidade, Práticas Sociais, Trabalho Social.

Abstract: We aim to problematize the ethics present in the social practices of Social Assistance (AS) workers in times of liberal and neoliberal governmentality. We act as a worker in (AS) operating with worker training processes. Mobilized by the ethical and political effects that workers' social practices can generate in subjects, questions arise about how we can operate with these social technologies so that they can foster the social transformation of reality and not contribute to the maintenance of social inequality. Anchored in the Intercessor Device (DI), we carried out intercession-research, in which we used theoretical-conceptual tools from Institutional Analysis.

Keywords: Social Assistance, Ethics, Governmentality, Social Practices, Social Work.

¹ Psicólogo, doutorando no Programa de Pós Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa "Políticas públicas e produção de subjetividades: processos clínicos e institucionais". E-mail: virgilio_paulo@yahoo.com.br.

² Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa "Políticas públicas e produção de subjetividades: processos clínicos e institucionais". Livre Docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (2022) e Doutor em Psicologia Social pelo IP/USP, São Paulo, SP (2005-2007). E-mail: silvio.benelli@unesp.br

1. INTRODUÇÃO

A Assistência Social (AS) no Brasil ganhou status de direito com a Constituição Federal de 1988 e buscou quebrar com o paradigma das ações e práticas sociais pautadas no campo da ética da tutela (favores, ajuda, benemerência, caridade, apaziguamento/amansamento das lutas de classes, dentre outros) que contribuíram para a manutenção das desigualdades sociais, muito embora essas práticas sociais ainda continuam a serem operadas no paradigma disciplinar.

Com a consolidação das categorias de trabalho do assistente social e do psicólogo no SUAS, a partir da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB RH SUAS) (BRASIL, 2006) dentre outras categorias, esses trabalhadores passaram a compor de modo institucionalizado as equipes que atuam nos estabelecimentos socioassistenciais. A chegada do psicólogo foi caracterizada pela necessidade da criação de outro jeito de atuar, no entanto, as reproduções de estratégias de trabalho pautadas na clínica concencional centradas no atendimento individual podem ter assustado os trabalhadores das demais disciplinas.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS) (BRASIL, 2009) buscou caracterizar as práticas sociais como estratégias que não podem ter cunho terapêutico. Sabemos que os efeitos terapêuticos não são controlados pelo trabalhador. Todavia, parece que esse processo produziu efeitos nas práticas sociais e na construção da identidade dos psicólogos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com o sentimento de proibição de atuar sobre os processos emocionais, muitos psicólogos reproduziram meramente ações convencionais, que já eram adotadas por outros trabalhadores, como os assistentes sociais. De acordo com Benelli (2014) foi possível verificar práticas orientadas por uma perspectiva pedagogizante, moralizante, disciplinar, intromissora, psicologizante dentre outras, pautadas por éticas da tutela e da filantropia, contribuindo para as forças dominantes e instituídas.

A AS estabeleceu como campo de trabalho os vínculos familiares e comunitárias e como horizontes o pertencimento social, a cidadania e o acesso ao direito, no entanto, o trabalho desenvolvido pelos estabelecimentos socioassistenciais muitas vezes não produz os efeitos desejados pelos trabalhadores. Embora esse campo de trabalho seja diversificado e dinâmico, a partir da nossa práxis como trabalhadores que desenvolvem ações de Educação Permanente junto as equipes do SUAS, identificamos constantemente contradições que podem contribuir para a divisão do trabalho entre saber e fazer, dificultando o fortalecimento da pulsação das forças instituintes. Uma dessas contradições se refere ao reducionismo das ações dos trabalhadores centrada no atendimento individual,

focalizado e disciplinar. Se nos reposicionarmos nas práticas, buscando articular saber-fazer-poder, poderíamos produzir outros efeitos tais como o processo de fortalecimento das forças instituintes?

Os Serviços de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) e Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) tem em seus objetivos a prevenção, proação e proteção às famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social, entre elas as violências domésticas, com análise constante da qualidade dos vínculos desenvolvendo ações que visam ampliar a função protetiva da família e prevenir a ameaça de ruptura de vínculos familiares e comunitários, bem como proteger os membros quando da presença da ameaça de ruptura ou quebra do vínculo (BRASIL, 2004).

O SUAS propôs trabalhar com o enfrentamento das vulnerabilidades sociais e entre elas se encontra o fenômeno social da violência, mas nos parece que os trabalhadores encontraram dificuldades em produzir um trabalho que gerasse efeitos na perspectiva da ressignificação da violência e das demais vulnerabilidades, de modo que fosse possível produzir outra coisa, senão a responsabilização e culpabilização dos sujeitos pelas situações de vulnerabilidade e riscos que se encontram.

A partir da década de 1980 as reivindicações dos direitos, a nova constituição e a nova república produziram no Brasil um contexto para o acesso aos Direitos Humanos, mas não podemos deixar de enfatizar a forte pressão neoliberal desse mesmo cenário que produziu também efeitos no modo como os trabalhadores do SUAS foram formados e desenvolvem suas ações.

No contexto neoliberal a AS se constituiu por meio de Dispositivos de Instituições Territoriais (espaços de não internação) para trabalhar o acesso dos sujeitos e famílias aos seus direitos. Nos perguntamos se a AS estaria se esquivando de seu compromisso declarado, uma vez que os efeitos de suas ações podem não corroborar para o alcance deles, e, às vezes, poderia estar contribuindo com a promoção do apaziguamento dos ânimos, o amansamento da população quando das revoltas pelas condições sociais em que se vive, naturalizando e contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais.

Com o avanço neoliberal, intensificado nos últimos anos no Brasil, a partir do *impeachment* da presidenta Dilma em 2016, vivenciamos uma escalada de reformas constitucionais reduzindo a Seguridade Social do país. Presenciamos uma intensificação da precarização dos estabelecimentos socioassistenciais acompanhada por diversas crises estruturais (política, econômica, social, ambiental, sanitária), algumas criadas como estratégia e projeto ideológico de um grupo de extrema direita que chegou ao poder, na busca de favorecer grupos e indivíduos no âmbito privado, enquanto morriam milhares de pessoas vítimas do Covid-19 e das desigualdades sociais, raciais e de gênero. Acentuou-se

no país a fragmentação, a desproteção, desamparo, reduzindo ou enfraquecendo os espaços de proteção aos sujeitos sociais que contribuíram para o processo de serialização. Esse processo de fragilização da AS articulado com a racionalidade econômica presente nas práticas sociais contribuiu para a responsabilização e culpabilização dos sujeitos sociais e famílias pelas mazelas sociais que vivenciam. A culpa recai sobre o sujeito a partir de dispositivos de segurança que corroboram a manutenção e produção de uma ralé brasileira, com a prescrição de certa moralidade e ações governamentais atravessadas pelas estratégias da biopolítica, em que parecem caracterizar mais como uma estratégia de gestão da pobreza, sem de fato, construir perspectivas para a sua transformação.

De acordo com Souza (2009) os problemas sociais vivenciados pela população pobre do país somente ganham destaques quando esses mesmos problemas passam a serem vivenciados pelos sujeitos que compõem outras classes sociais privilegiadas. Esse foi o caso da pandemia do Covid-19 que não consiste no foco desse artigo, porém pode nos ajudar a pensar como podemos nos posicionar de modo que os atravessamentos neoliberais vivenciados pela população atendida pela AS sejam problematizadas como demandas e enfrentadas, com as condições necessárias, para a sua transformação.

Nossa intercessão-pesquisa parte da nossa própria práxis como trabalhador que opera com processos de formação dos trabalhadores da AS por meio do desenvolvimento de supervisões, assessorias e capacitações nos estabelecimentos socioassistenciais.

Colocamos a crítica a nossa práxis e a busca pela implicação singularizada com a demanda do trabalho oriunda das supervisões com as equipes dos estabelecimentos socioassistenciais problematizando as práticas sociais que os trabalhadores estavam operando, com o objetivo de contribuir para a produção de efeitos éticos e políticos singularizados e implicados com a luta de classe social. Nossas experiências de intercessão ocorreram junto aos trabalhadores que atuam em três Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), três Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e duas Organizações da Sociedade Civil (OSC) que operam com os Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Abordagem Social à Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, respectivamente, em dois municípios do interior do estado de São Paulo.

O DI consistiu na nossa estratégia de trabalho e de análise. Por meio do DI operamos com as práticas intercessoras baseadas na Análise Institucional (AI) de Lourau e Lapassade envolvendo o Materialismo Histórico de Marx, a Psicanálise do campo de Freud e Lacan e a Filosofia da Diferença de Deleuze e Guattari.

Encontramos na intercessão-pesquisa, por meio do DI, uma estratégia crítica, não com pouco esforço, capaz de desvendar os efeitos éticos e políticos nos próprios

trabalhadores e nos sujeitos e famílias atendidas por eles. Assumimos a intercessão-pesquisa, pois a vimos como uma tecnologia disponível e arrojada que possibilitava conceber o trabalhador da AS não somente como um sujeito social, no plano da história, mas também como um sujeito político, no plano da cidadania e direito, e como sujeito psíquico, no plano do desejo inconsciente, possibilitando condições para que pudéssemos desenvolver uma leitura dialética e crítica do campo.

A nossa problematização neste artigo refere-se a um recorte da nossa intercessão-pesquisa em desenvolvimento no âmbito do doutorado. Buscamos em um primeiro momento operar com as intercessões, no campo do trabalho, por meio da nossa própria práxis para que a partir dela pudéssemos produzir saberes. Nosso posicionamento no DI propõe a articulação entre saber-fazer-poder para que possamos contribuir com a superação dialética da divisão sócio-técnica do trabalho, típica do Modo Capitalista de Produção (MCP). Em um segundo momento, mobilizamos o Dispositivo Intercessor como meio de Produção de Conhecimento (DIMPC), depois de cessadas as intercessões para que pudéssemos analisá-las criticamente.

Acreditamos que essas reflexões críticas, presentes neste artigo, possam inspirar outros trabalhadores, psicólogos ou não, que desejam operar com outros posicionamentos éticos e políticos, contribuindo para a produção de práticas singularizadas.

2. A DIMENSÃO ÉTICA E POLÍTICA NAS PRÁTICAS SOCIAIS TRABALHADORES DO SUAS

O trabalho social desenvolvido pelas equipes dos estabelecimentos socioassistenciais se configuram por meio de algumas tecnologias sociais que compõem as práticas sociais, entre elas encontramos: os atendimentos, acompanhamentos, estudo/discussão de caso, a visita domiciliar, o relatório técnico (exame), a busca ativa, a averiguação do Cadastro Único, dentre outras. Essas tecnologias sociais podem ser desenvolvidas a partir de um leque diversificado de posicionamentos éticos e políticos, podendo contribuir para trabalhar as resistências, analisar, elaborar e propor ações singulares e coletivas para a transformação ou podem, inclusive na contramão do discurso oficial da AS, mobilizar a vergonha, a culpa, a repetição e a manutenção das desigualdades sociais.

Dentre as possibilidades éticas que orientam as práticas podemos elencar algumas com base nas hipóteses de Benelli (2014). A ética da tutela é aquela em que o trabalhador se relaciona com o sujeito social a partir de um saber apriori, com base na racionalidade

científica. Nessa perspectiva, o trabalhador está posicionado no lugar de quem detém o saber sobre o que é melhor para o outro, partindo do pressuposto de que o outro não saberia sobre si mesmo. Constitui nessa ética um conjunto de práticas articuladas entre social-psi-jurídico-legal que cristaliza o sujeito em uma condição de passividade (Benelli; Costa-Rosa, 2011; Costa-Rosa, 2011a).

Identificamos também a ética da interlocução, na qual, tanto o trabalhador quanto o sujeito social atendido nos estabelecimentos socioassistenciais estabelecem uma relação igualitária, no entanto, o poder decisório sobre a vida do sujeito fica a cargo do trabalhador (Benelli, 2014).

Outra ética possível refere-se àquela da ação social, em que o trabalhador e o sujeito atendido na AS se implicariam na perspectiva do fortalecimento das pulsões instituintes, buscando transformar/modificar a realidade sociopolítica e enfrentar as desigualdades sociais e violências em que vivem, a partir a afirmação da cidadania e do sujeito de direitos (Benelli, 2014).

Temos também a ética do paradigma do sujeito cidadão nas políticas públicas, em que o trabalhador procura deliberadamente orientar suas práticas sociais por meio dos documentos e marcos conceituais do SUAS. Nessa ética o trabalho buscaria uma articulação de um conjunto de aspectos como o sujeito de direitos-cidadão, protagonismo, cidadania, participação democrática e controle social (Benelli, 2014).

No campo de trabalho na AS também haveria a ética do cuidado, pautada no envolvimento do trabalhador com o sofrimento do sujeito social/família. Nessa modalidade ética o trabalhador na posição de cuidados ao se identificar com a dor do outro acaba por simpatizar com ela, tornando-se solidário ao outro. Esta ética fundamenta formas de ajuda e está pautada em um plano orientada por elementos cristãos. Práticas de cuidado também podem estar pautadas na medicalização, psiquiatrização, psicologização e assistencialismo (Benelli, 2014).

Haveria também, em menor escala, a ética do sujeito do desejo inconsciente que se constitui a partir da Psicanálise de Freud e Lacan e problematiza o inconsciente e o campo da linguagem por meio dos registros do imaginário, do simbólico e do real, estimulando o sujeito a se posicionar diante dos conflitos e contradições, orientando-o pela busca da compreensão do próprio desejo. Na perspectiva de Costa-Rosa (2011b) também encontramos a ética do sujeito, em que para além do incosciente, plano subjetivo, inclui-se também uma implicação sociocultural. O sujeito nessa ética é considerado um ator social no plano da história e da política. Essa é a ética pela qual pretendemos nos orientarmos, podendo ser assumida pelos trabalhadores da AS, principalmente, quando a demanda de trabalho se caracteriza por necessidades relativas aos processos de subjetivação. No entanto, é necessário considerar alguns aspectos para que se possa operar com essa ética

no campo da AS, precavidos da psicanálise em intensão, tais como perspectivas teórico-técnicas na produção de diferentes subjetividades (singularizada ou serializada), e formas de relações transferenciais (Benelli, 2014).

Quais seriam as éticas e dimensões políticas que estariam orientando as nossas práticas sociais no campo da AS?

Ao longo de nossa jornada de atuação como assessor junto aos trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais percebemos dificuldades que emanam das suas práticas sociais, sendo que alguns deles se esquivavam da dimensão da subjetividade como elemento de trabalho. Alguns trabalhadores rotularam a subjetividade como elemento do campo da Saúde, se posicionando de modo a evitar adentrar nos aspectos subjetivos do sujeito, o que acabou por colaborar para a produção de processos de subjetivação serializados, com o trabalho focado em ações objetivas e de objetificação do sujeito, desconsiderando o sujeito de desejo e, em alguns casos, até mesmo a dimensão política, corroborando, desse modo, para a produção de um tipo de trabalho que reproduz uma racionalidade cientifista, não contribuindo para a transformação da realidade social.

A partir da emergência das ciências humanas as ações sociais desenvolvidas inauguraram uma nova racionalidade, a racionalidade econômica. Nessa lógica o interesse econômico sobressaiu como forma específica de governo, o “governo econômico” (Farhi Neto, 2010). Estaria a Assistência Social isenta da lógica da racionalidade econômica? Provavelmente, se não problematizarmos nossas práticas sociais tenderemos à reprodução dessa lógica no âmbito assistencial e estaremos sujeitos aos seus efeitos éticos e políticos.

3. A GOVERNAMENTALIDADE EM TEMPOS LIBERAIS E NEOLIBERAIS

De acordo com Souza (2009) para compreendermos a desigualdade e a marginalidade brasileira que caracteriza o público da Assistência Social precisamos refletir sobre as contradições da sociedade moderna que pretende, pelo seu plano discursivo, ser igualitária e justa, mas que se materializa pela desigualdade e injustiça.

A modernidade em países como o Brasil é deficiente, seletiva e periférica porque jamais foi realizado no país um esforço social e político dirigido e refletido visando a uma efetiva equalização de condições sociais das classes populares empobrecidas. Há então uma racionalidade que promove a manutenção das desigualdades, pois é por meio dela que os corpos são controlados e disciplinados pela desorganização e a desestruturação sistêmica que, de acordo com Souza (2009), ajuda a compreender os altos índices de alcoolismos, os intensos conflitos familiares, as violências no cotidiano dessas famílias e a

“má-fé” de práticas institucionais que se tornaram o contrário do que foi declarado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004) como discurso oficial da AS, envolvendo praticamente todo o aparato de instituições estatais e paraestatais, reproduzindo esse mesmo padrão conservador.

O regime governamental está ligado ao tipo de racionalidade governamental de uma determinada técnica de governo, conectado enfim ao que Foucault (1978) chamou de governamentalidade. A introdução do termo governamentalidade foi considerada a ponte de passagem, no desdobrar do pensamento foucaultiano, entre a política e a ética, entre o governo da população e o governo de si. A partir do conceito de governamentalidade foi possível designar as instituições, as reflexões, os cálculos, as táticas, em que o alvo era a população, pautada na forma de saber da economia política, contando com os dispositivos de segurança como instrumentos para a supremacia do governo sobre os outros (Farhi Neto, 2010).

A noção de governamentalidade provoca um deslocamento, uma retração, da noção de biopolítica³, racionalizando os problemas sociais que são colocados à prática governamental, possibilitando gerir a população por meio dos indicadores estatísticos referentes à pobreza, violência, mortalidade, desemprego, desalento, natalidade, longevidade, dentre outros aspectos. Deduz-se que há uma biopolítica própria a cada tipo de governamentalidade. A governamentalidade liberal, por exemplo, corresponderia um modo específico de se encarregar das questões médicas e seu regime governamental está ligada diretamente a uma racionalidade econômica e à governamentalidade (Farhi Neto, 2010).

Foucault procurou descrever os mecanismos e as estratégias pelas quais o governo liberal racionaliza e põe em prática o direcionamento, a delimitação dos comportamentos, a regulação do modo de agir dos homens (Farhi Neto, 2010).

Até que ponto o Estado pode e deve governar os sujeitos sociais? Até onde é justificável a intervenção do Estado na vida da população? Até onde a intervenção do Estado é útil e como ela contribui para a sua própria existência e para a existência dos que lhe são submetidos?

Na Idade Média, a crítica ao exercício ilimitado do poder soberano era feita a partir da teologia e do direito natural que eram os fundamentos de uma crítica ao poder soberano sem limites (Farhi Neto, 2010).

Na modernidade o mercado foi caracterizado como o lugar de manifestação de uma verdade, funcionando de acordo com um mecanismo espontâneo, natural e autorregulado,

³ A biopolítica em seu sentido estrito é a racionalização das práticas de um determinado tipo de relação de poder, aquela que se estabelece entre Estado e população, considerada como conjunto de seres vivos caracterizados por uma série de variáveis de viés biológico (Farhi Neto, 2010).

em que as leis naturais de funcionamento eram colocadas como já conhecidas. O mercado tornou-se o lugar de comprovação da verdade dos atos de governo, em que as ações do governo passaram a ser avaliados, não mais como justos ou injustos a partir da teologia, não mais como legítimos ou ilegítimos a partir da teoria jurídica, mas como verdadeiros ou falsos a partir da economia política (Farhi Neto, 2010).

O regime governamental liberal é a prática de governo que se refere ao regime de verdade da economia política. Para a economia política a realidade econômica é constituída pela naturalidade das relações de troca entre homens que fazem valer livremente e reciprocamente seus interesses privados. Quanto menor for a interferência regulamentar, quanto menos houver de coerção externa à liberdade de troca, à liberdade econômica, tanto maiores seriam os benefícios resultantes dessa somatória de trocas, inaugurando a sociedade de segurança (Farhi Neto, 2010).

Questionamos como a biopolítica, na sociedade de segurança, estaria se presentificando nas práticas sociais dos estabelecimentos socioassistenciais.

Aos discutirmos os casos com as equipes de trabalhadores estamos produzindo o conhecimento sobre o sujeito para quem? Provavelmente produzimos conhecimento sobre os sujeitos, a partir da discussão de caso para a rede, os conselhos de segmentos de política pública ou de direitos, para o juiz, para o promotor e temos dificuldade para problematizarmos o saber-fazer para que o próprio sujeito se implique a partir de um pertencimento social.

Estamos produzindo visitas domiciliares para impor modelos de vida, não levando em consideração a história, os arranjos da família e seus próprios processos inventivos?

A visita domiciliar como tecnologia social dos dispositivos da governamentalidade da Sociedade de Segurança foi colocada como um instrumento impositivo que acaba, muitas vezes, por repetir práticas higienistas sobre como as pessoas devem viver, caracterizando inclusive práticas policiais. Na sociedade de segurança os corpos e as multidões são alvos de mecanismos de controle e de práticas realizadas sem crítica e reflexão que tendem a concretizar a Assistência Social como um desses mecanismos.

Na perspectiva da economia política busca-se governar o mínimo para manter unidas as forças que compõe o Estado. A economia política surgiu da regulação a partir do lugar do mercado, em que se articularam a produção às necessidades da população. Com o liberalismo o soberano tornou-se plenamente um governador da população quando deixou de querer governa-la, pautado em atos intervencionistas que caracterizavam o totalitarismo. Já no neoliberalismo, forma liberal contemporânea, acentuou-se a concorrência e os sujeitos sociais foram caracterizados como empreendedores e empresas, assim como os próprios trabalhadores (Farhi Neto, 2010).

4. SUBVERTENDO AS PRÁTICAS SOCIAIS DISCIPLINARES EM PRÁTICAS INTERCESSORAS

Partimos da ideia de que para produzirmos certos efeitos desejados, por meio de nossas práticas sociais, precisamos saber o que estamos fazendo e analisá-las criticamente, bem como os efeitos éticos e políticos delas em nós trabalhadores e nos sujeitos atendidos no cotidiano dos estabelecimentos socioassistenciais.

A intercessão-pesquisa é uma estratégia do Dispositivo Intercessor (DI), campo de trabalho-intercessão, análise e pesquisa. O DI, por meio da intercessão-pesquisa, possibilita criarmos condições para que possamos a partir da nossa práxis nos posicionarmos operando intercessões, singularizando nossos processos formativos na AS para posteriormente analisá-las criticamente.

A problematização dos processos formativos ofertados aos trabalhadores da AS, tomando o DI como nossa referência de análise crítica, nos possibilitou criarmos uma grade quanto aos demais dispositivos de trabalho mobilizados pelos trabalhadores e seus consequentes efeitos éticos e políticos.

Os trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais podem operar com diferentes tipos de dispositivos de trabalho. Um deles é o dispositivo intromissor autoritário que se caracteriza pela apropriação do conhecimento científico, no plano positivista, posicionado como um especialista, título fornecido pelas instituições de ensino, que lhe daria o poder, pelo saber, de intrometer de maneira autoritária sob o discurso de uma prática neutra, técnica, imparcial, dotada de uma racionalidade científica, objetificando o sujeito e lhe endereçando uma verdade (Benelli, 2022).

Outro tipo de trabalho constitui as práticas do dispositivo interventor, em que os trabalhadores tentam diferenciar suas práticas do dispositivo intromissor, incluindo o plano social e a subjetividade, porém não as diferenciam radicalmente e dialeticamente do dispositivo intromissor. Esses trabalhadores por conceberem a subjetividade restrita ao campo de registro da linguagem no imaginário produzem processos lacunares e acabam por fortalecer, de forma desavisada, as forças institucionais hegemônicas. O dispositivo interventor abarca mais de uma submodalidade tais como a terapêutica pedagógica e a política pedagógica (Intervenção crítico dialético). Inclui no dispositivo interventor as atuações dos trabalhadores que se orientam pelo discurso oficial da AS (Benelli, 2022).

Já os trabalhadores que operam com práticas intercessoras constituem o dispositivo de pesquisa intervenção cartográfico ou o Dispositivo Intercessor (DI) que se diferenciam radicalmente e dialeticamente dos dispositivos intromissor e interventor. No dispositivo cartográfico o trabalhador realiza a crítica à ciência e à subjetividade, concebendo suas

ações como ato político, a partir da clínica da diferença/esquizoanálise. O sujeito na perspectiva cartográfica é concebido no plano sócio-histórico, com diversas formas de subjetivação que podem culminar em processos de serialização e/ou singularização do sujeito (Benelli, 2022).

No DI, que constitui nossa perspectiva de análise e trabalho, o sujeito é concebido nos planos social, político e da realidade psíquica pautada nos registros de linguagem que envolve o imaginário, o simbólico e o real, na perspectiva de Freud e Lacan. O trabalhador no DI busca produzir o saber pela práxis com o intuito da superação por meio da subversão e superação das dicotomias clássicas presentes no dispositivo intromissor típico do MCP, tais como o saber-fazer, o objetivo-subjetivo, o normal-anormal e o objeto-sujeito (Benelli, 2022).

E nossa intercessão-pesquisa junto aos estabelecimentos socioassistenciais identificamos um conjunto de tecnologias que compunham o trabalho social. A partir das demandas oriundas dos processos de formação dos trabalhadores colocávamos à crítica o conjunto dessas tecnologias, os motivos de suas escolhas como forma de trabalho e os efeitos éticos e políticos que elas poderiam gerar, o que nos possibilitou realizar algumas reflexões e problematizações das práticas dos trabalhadores da AS.

Um exemplo dessa problematização se refere a tecnologia da visita domiciliar. Alguns trabalhadores a utilizavam para verificar se os sujeitos estavam mentindo em relação as informações prestadas em atendimentos anteriores. Outros trabalhadores já a utilizavam como estratégia de articular saber-fazer sobre o modo de vida do sujeito e dos coletivos que viviam naquela comunidade. Existem diferenças nos efeitos éticos e políticos nas diversas formas de utilização da tecnologia social de visita domiciliar? É possível analisar e inferir que, no caso do primeiro exemplo, os trabalhadores tendem a produzir como efeitos éticos a tutela, a filantropia e o clientelismo. Se, de fato, não paramos para pensar sobre os que estamos fazendo e os efeitos éticos e políticos que estão implícitos nas nossas práticas, estaremos à deriva e com grandes dificuldades de mobilizar um campo teórico-técnico, ético-político e sociocultural transformador.

As tecnologias sociais que constituem o trabalho social na AS podem ser operacionalizadas de modo que se produza um processo de subversão dos instrumentos, a partir de uma implicação singularizada. Nesse sentido, as experiências com instrumento da visita domiciliar, do atendimento, da produção de relatórios e das discussões de casos podem ser operadas pelos trabalhadores da AS buscando uma ruptura com os modos de trabalho presentes nos dispositivos intromissor e interventor, que podem contribuir, dessa forma, para o enfrentamento e o confronto da manutenção das hierarquias institucionais e das forças hegemônicas de normalização social.

A partir da posição intercessora na práxis podemos tentar subverter os efeitos éticos e políticos disciplinares mais comuns, se deslocando, como trabalhador, da posição de detentores de saber sobre o outro e buscando operar para que o próprio sujeito se implique de modo singularizante no enfrentamento de suas demandas. Exemplos dessas estratégias parte da realização de visitas às famílias não para fiscalizá-las, penalizá-las ou culpabilizá-las, mas para implicá-las de modo singularizado de modo a produzir efeitos de articulação entre saber-fazer-poder.

Outra possibilidade de subversão trata-se dos relatórios que podemos conceber sua elaboração sempre em conjunto com o sujeito atendido pelos estabelecimentos socioassistenciais. Assim como na discussão de caso que podemos propor a participação dos próprios sujeitos, não para que transforme a tecnologia em um tribunal do júri, mas para que eles não fiquem no lugar de meros objetos de intervenção, subvertendo a relação sujeito-objeto para sujeito-sujeito.

Ou seja, não se trata de negar o uso das tecnologias sociais existentes, mas sim de implicá-las com outra concepção de sujeito para que contribua para efeitos éticos e políticos que fortaleçam as forças pulsantes instituintes na perspectiva da luta de classe.

A instrumentalidade/tecnologias do trabalho social podem se caracterizar como dispositivo de intromissão, intervenção ou se diferenciar dialética e radicalmente para interceder, fortalecendo as resistências às forças que violentam os trabalhadores e sujeitos atendidos pela AS. Acreditamos que ao reposicionarmos nossas práticas sociais por outra lógica singularizante estaremos mais próximos, inclusive da proteção social preconizada pela AS.

Os trabalhadores ao não se questionarem criticamente sobre os efeitos éticos e políticos de suas práticas sociais podem corroborar com a visão disciplinar autoritária, mandando, decidindo pelo outro e produzindo efeitos éticos na perspectiva da tutela ou do cuidado.

De acordo com Benelli (2014) as possibilidades éticas e seus efeitos que podem ser encontrados nas práticas sociais dos psicólogos, dentre outros trabalhadores no campo da AS, não são necessariamente realizadas com a intenção deliberada. Elas podem ser produtos de práticas que inclusive nem foram calculadas pelos trabalhadores.

Os problemas com os quais lidam os trabalhadores do SUAS são complexos e exigem uma abordagem transversal e transdisciplinar, bem como o trânsito do trabalhador pelos planos da política, da economia, da administração pública, da Saúde, da Assistência Social, da Educação, da Segurança Pública, do Judiciário e das Ciências Sociais e Humanas (Benelli, 2014).

A complexidade advém do próprio trabalho coletivo e também porque os problemas relacionados com a questão pobreza-cidadania estão atravessados por uma diversidade de

fatores determinantes dos processos de exclusão-exploração-marginalização que o capitalismo globalizado inflige aos brasileiros pertencentes às classes populares em geral.

5. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Nossas problematizações buscaram apontar algumas pistas para que possamos avançar no plano da especificidade subjetiva do sujeito social, ser de linguagem e de desejo inconsciente. Ao não considerarmos a dimensão subjetiva do sujeito social e suas implicações, corremos o risco de tomá-lo como objeto. E se não houver implicação subjetiva singularizada, tampouco haverá implicação sociocultural transformadora (Costa-Rosa, 2000; 2011a; 2011b).

As práticas sociais no trabalho social na AS podem contribuir para ofertar mecanismos de identificação dos problemas sociais, organização social, elaboração, metabobilização e transformação, porém exigem do trabalhador certas noções sobre o seu próprio trabalho. Sem mecanismos de elaboração e metabolização, podem imperar, nas práticas sociais, os mecanismos de defesa como a repressão que tendem a fortalecer as forças instituídas.

Não há soluções universais no capitalismo para problemas tomados como sendo individuais. Podemos produzir soluções locais que talvez não sirvam para outros locais. Podemos nos implicar de modo singularizado para que possamos, como trabalhadores da AS, em conjunto com os sujeitos atendidos nos estabelecimentos socioassistenciais, forjarmos nossas próprias soluções.

Concluimos que na AS carecemos de outras abordagens que provoquem a reflexão e a problematização sobre as demandas e as encomendas que nos chegam, pelas quais os trabalhadores possam se posicionar de outro modo para confrontar as forças instituídas que geram a produção de uma trabalho social repetitivo, automatizado e acabam por corroborar para a manutenção das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

BENELLI, S. J. As éticas nas práticas de atenção psicológica na Assistência Social. **Estudos de Psicologia**, v. 31, n. 2, p. 269-287, 2014.

BENELLI, S. J. **Figuras da clínica “psi” na contemporaneidade: o olhar, a escuta e a sensação.** Assis, 2022. 248 f: il. Tese de Livre Docência – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n.4, p. 539-563, 2011b.

BRASIL. **Resolução nº 109.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2009.

BRASIL. **Resolução nº 145.** Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2004.

BRASIL. **Resolução nº 269.** Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2006.

COSTA-ROSA, A. **Operadores fundamentais da atenção psicossocial: contribuição a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva.** Tese de livre docência. Assis: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Faculdade de Ciências e Letras, 2011a.

FARHI NETO, L. O governo segundo a racionalidade econômica. *In*: FARHI NETO, L. **Biopolítica: as formulações de Foucault.** Florianópolis: **Cidade Futura**, 2010. p. 155-187.

FERNANDES, M. I. A.; GAILLARD, G.; SILVEIRA, F. Contribuições de René Kaës para a epistemologia da Psicanálise. **Ágora** (Rio de Janeiro), v. 23, n.1, p. 39-48, 2020.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. **Naissance de la biopolitique: Cours ao Collège de France 1978-1979.** Paris: Seuil/Gallimard, 2004^a [1979].

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LOURAU, R. **A análise institucional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SOUZA, J. A má-fé da sociedade e a naturalização da raça. *In*: SOUZA, J. **Raça brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 385-431.